



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012788-25.2017.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Joice Regina de Borba**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

JOICE REGINA DE BORDA ajuizou ação contra o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, alegando, em resumo, que é segurado do acionado, padece de "distrofia de Sudeck", da qual resulta incapacidade para suas atividades laborais habituais. Solicitou ao acionado a concessão do benefício de auxílio doença, que lhe foi pago até abril/2017. Em dezembro/2016 foi encaminhada para reabilitação profissional e houve cancelamento do benefício. Pleiteia a condenação do acionado ao pagamento de auxílio-acidente.

O acionado apresentou defesa, rebatendo a postulação inicial. Aduz que a autora não preenche os requisitos legais para a concessão do benefício pleiteado.

Foi realizada prova pericial, com manifestação das partes.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Trata-se de ação na qual a autora pleiteia a concessão de restabelecimento do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

auxílio-acidente.

O pedido inicial deve ser julgado improcedente.

Dispõe o artigo 86, da Lei 8.213/91:

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

§ 1º O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

Como se vê, para a concessão do benefício de auxílio-doença, mister, além da condição de segurado e carência, a incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.

No caso dos autos, observa-se que a autora já foi encaminhada para reabilitação profissional (pág.19) e não demonstrou que preenche os requisitos necessários para a concessão do auxílio previdenciário.

O laudo pericial elaborado concluiu que a autora padece de "*processo inflamatório inespecífico de punho e mão direitos - tendinite/sinovite, etiologia multifuncional. Houve evolução do quadro com compatibilidade para atrofia de Sudeck, patologia esta ainda limitada em sua fisiopatologia e implicações, também de etiologia multifatorial. Na presente data em estado de melhora clínica após tratamento clínico e fisioterápico. Não está inválida (incapaz para via laboral), há sim redução funcional de punho e mão direitos e da capacidade laboral para certas funções. Apta para retomar a sua via laboral (auxiliar de escritório), devendo evitar sobrecarga de membro superior direito (mão + punho). Deve dar continuidade ao tratamento médico*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

especializado que está realizando, podendo se atingir a cura. Observação: Caso não se enquadra para o benefício acidente" (pág. 182).

Ademais, não há nada nos autos capaz de enfraquecer a prova técnica, realizada por profissional de confiança deste Juízo.

Em precedente similar, ora invocado como razão de decidir, se estabeleceu:

"Acidentária – Serrador – Benefício acidentário – Acidente típico – Deformidade residual do quinto dedo da mão esquerda – Cerceamento de defesa não caracterizado – Desnecessidade de esclarecimento pericial – Laudo conclusivo para ausência de incapacidade - Benefício indevido - Improcedência mantida, com observação - Recurso do autor desprovido" (Apelação 0002669-56.2013.8.26.0362, da 16ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador João Antunes dos Santos Neto, j., 27.06.2017, v.u.).

Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** esta ação movida por **JOICE REGINA DE BORDA** contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS**, rejeitando o pedido inicial. Dou por extinto o processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, responderá a autora pelas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, atualizado, cuja cobrança far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil. Expeça-se, desde já, mandado de levantamento judicial dos honorários periciais, em favor do perito nomeado nos autos, observando-se o comprovante de depósito judicial de pág. 161.

P.R.I.

Araraquara, 11 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**